

Credores aumentam a pressão

Eles querem um novo plano para a economia, mas com cortes no consumo e nos gastos públicos. Ou seja, a receita do FMI.

O Brasil terá que adotar um novo plano econômico, de completo rigor nos seus gastos, para merecer novos créditos externos depois de optar pela moratória. Vários banqueiros ouvidos ontem em Nova York, embora não quisessem se identificar, revelaram que essa posição será oficializada nos contatos que o ministro Dilson Funaro terá com eles no final da semana. Mais uma vez, os credores brasileiros exigirão um acordo prévio com o FMI para que o País receba novos financiamentos.

Embora ressaltando que o Brasil, pelas suas potencialidades, merece confiança dos credores, o próprio presidente da Reserva Federal, Paul Volcker, defendeu ontem, em depoimento perante o Congresso americano, a idéia de mais austeridade na economia brasileira. "Em primeiro lugar, o Brasil tem que estabelecer uma nova base política, com resultados econômicos, para que se possa analisar diretamente a questão financeira", disse Volcker.

Assunto do Dia

A moratória brasileira foi um dos principais assuntos ontem na imprensa e no Congresso dos EUA. Além de Volcker, também o secretário do Tesouro, James Baker, falou diante de uma comissão da Câmara dos Representantes. Ele qualificou a decisão brasileira de "lamentável", mas procurou mostrar que a situação do País não é tão grave como alguns setores pretendem. "O Brasil não disse que não vai pagar sua dívida", explicou Baker, "mas apenas que suas reservas atuais não são suficientes para pagamentos adicionais".

No debate com congressistas, o secretário americano garantiu que o governo de seu país está disposto a colaborar com a recuperação brasileira. Mas ficou irritado com as colocações do deputado democrata Bill Bradley, que defendeu uma ação mais decisiva do governo Reagan para facilitar as coisas para os países devedores e, com isso, preservar a democracia na América Latina. "Antes do Brasil, Peru, Equador e Venezuela já tinham tomado medidas semelhantes. Enquanto, isso, nós, em vez de assumir a liderança de uma ação conjunta com os latino-americanos, ficamos na defensiva", comentou Bradley, propondo que seja cancelada uma parte da dívida do continente e reduzidos os juros sobre ela. "Os bancos credores devem perceber a sabedoria dessa estratégia", disse ele.

Para os credores, porém, a questão é mais complexa. Vários deles admitem a necessidade de manter as linhas de curto prazo para o Brasil, evitando assim problemas ainda mais graves na economia do País, mas temem a concessão de novos financiamentos. Um desses banqueiros, citado ontem pelo jornal *The Washington Post*, resumiu assim o problema: "As regras do jogo mudaram com a decisão do Brasil. Simplesmente, não vamos poder continuar dando dinheiro para recebê-lo depois na forma de juros".

O comitê interino da dívida brasileira, formado por representantes de 14 bancos, reuniu-se anteontem à noite em Nova York mas não tomou nenhuma decisão. Ontem era aguardada a chegada do coordenador da dívida brasileira, Antonio de Pádua Seixas, encarregado pelo ministro Funaro de dar as primeiras explicações sobre a moratória. Mas o que os credores querem saber é que tipo de plano o governo brasileiro tem em mente para reduzir seus gastos e gerar maiores excedentes comerciais.

Sintomaticamente, o *The Wall Street Journal*, porta-voz dos credores, volta a levantar dúvidas sobre a capacidade de o Brasil sair da crise, em sua edição de ontem. "O que eles precisam é de uma administração econômica decente", disse o articulista do jornal. "O FMI é um árbitro e um supervisor seguro para uma boa administração".

Mas o próprio jornal admitia, em outro artigo, que a tradicional receita do Fundo — de austeridade nos gastos públicos, redução do consumo e aumento das exportações para cobrir os custos da dívida — tem poucas chances de ser aceita pelo Brasil. "Se os bancos atrasassem os US\$ 15 bilhões de créditos de curto prazo, a economia brasileira provavelmente cairia numa severa recessão. Por outro lado, o governo Sarney não sobreviveria a uma virada de 180 graus em sua política, que implicaria na imposição do plano recomendado pelo FMI", disse o *Journal*.

Mas o próprio jornal admitia, em outro artigo, que a tradicional receita do Fundo — de austeridade nos gastos públicos, redução do consumo e aumento das exportações para cobrir os custos da dívida — tem poucas chances de ser aceita pelo Brasil. "Se os bancos atrasassem os US\$ 15 bilhões de créditos de curto prazo, a economia brasileira provavelmente cairia numa severa recessão. Por outro lado, o governo Sarney não sobreviveria a uma virada de 180 graus em sua política, que implicaria na imposição do plano recomendado pelo FMI", disse o *Journal*.

Ações em queda. E os operadores de Wall Street se agitam.

As ações dos principais bancos do mundo começaram a sofrer a pressão do mercado, depois que o Brasil anunciou a suspensão do pagamento dos juros de sua dívida externa. A queda começou nos Estados Unidos, cujos bancos emprestaram ao País 24 bilhões dos 108 bilhões de dólares do total da dívida. As ações do Citibank, o maior dos Estados Unidos, caíram mais de três pontos ontem em Nova York. É o maior credor do Brasil, que a ele deve 4,7 bilhões de dólares.

Já os operadores europeus mostraram-se menos propensos que seus colegas de Wall Street a negociar suas ações bancárias, em consequência da decisão brasileira, afirmaram analistas financeiros. A possibilidade, porém, de que outros países possam seguir o exemplo do Brasil, em busca de condições de pagamento mais favoráveis, ainda pode provocar alarme e grandes vendas. Entre os operadores europeus, alguns adiantavam que o principal receio não era quanto à decisão brasileira, em si, mas sim que a crise por ela desencadeada pudesse afetar os bancos norte-americanos, o que poderia provocar uma reação em cadeia no sistema bancário internacional.

O governo italiano, em um gesto de apoio político, concedeu ao governo brasileiro uma linha de crédito de US\$ 20 milhões. O apoio foi comunicado no início da semana ao embaixador brasileiro na Itália, Carlos Alberto Leite Barbosa, que a transmitiu ao Itamaraty e ao presidente Sarney.

O mercado londrino, ao contrário do norte-americano, consegue manter-se ao largo das pressões. Aliás, segundo nosso correspondente em Londres, José Carlos Santana, a imprensa inglesa faz amplos comentários sobre a decisão brasileira de suspender o pagamento dos juros. O *Guardian*, por exemplo, coloca-se ao lado do Brasil, em editorial, dizendo que era preciso fazer algo drástico, para deter a saída de dinheiro do País.

O jornal cita, inclusive, a declaração de Sarney de que nos últimos cinco anos 55 bilhões de dólares saíram do Brasil para pagamento dos juros da dívida externa. Segundo afirma o *Guardian*, o presidente está certo em achar que isso é inaceitável, bem como o fato de não entrar dinheiro novo no País. "A idéia de que se pode resolver a crise dos débitos do terceiro mundo extrairando ainda mais dinheiro é tão efetiva quanto tentar curar hemofilia deixando o sangue escapar", assinala o jornal.

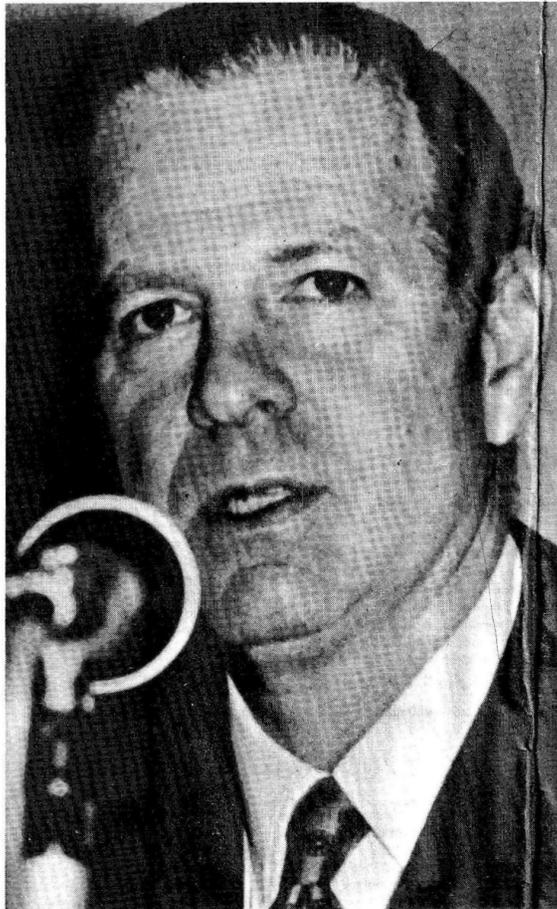
Para jornais dos EUA, bancos querem o Brasil no FMI.

Os bancos internacionais não vão renegociar com o Brasil para um reescalonamento de nossa dívida externa ou mesmo para novos empréstimos antes de se estabelecer um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A informação foi divulgada ontem pelo *Wall Street Journal*, e, segundo este diário norte-americano, a decisão teria partido dos 14 bancos membros do conselho consultivo que representa mais de 600 credores do Brasil.

Praticamente toda a imprensa norte-americana voltou a comentar, ontem, a situação econômica do Brasil e a recente decisão de se suspender o pagamento de juros de nossa dívida. Em todos eles, a notícia principal era de que o "drástico passo" dado pelo governo brasileiro foi responsável, anteontem, pela queda das ações de vários bancos norte-americanos na Bolsa de Valores de Nova York, num pregão que, segundo o jornal *New York Times*, foi "selvagem e imprevisível".

"Se os bancos começaram a retirar os créditos de curto prazo, estimados em US\$ 15 bilhões, em créditos e depósitos interbancários, a economia brasileira provavelmente irá, rapidamente, entrar em severa recessão, com sua produção de bens e serviços caindo em cerca de 10%, diz Peter Truell, que assina o artigo do *Wall Street Journal*.

Marielza Angeli, de Washington



Baker: decisão "lamentável".



Volcker: nova política.

Nossas agências funcionam. Mas ainda não se sabe como vão agir os bancos franceses.

As agências e sucursais de bancos brasileiros na Europa estão funcionando normalmente e não sofreram, até agora, qualquer tipo de represália por parte dos bancos internacionais envolvidos com a dívida do Brasil, após a decisão do governo de suspender o pagamento dos juros. Ainda ontem, em Paris, isso podia ser constatado, ao contrário de 1983, quando foram cortadas as linhas de crédito de curto prazo, até a montagem de um projeto de emergência. Na capital francesa, tanto a agência do Banco do Brasil como a do Banco do Estado de São Paulo, os dois principais estabelecimentos de crédito brasileiros implantados em Paris, realizam normalmente suas operações.

E verdade que não ocorreu, nas últimas 48 horas, nenhum vencimento de importância, o que poderia servir de teste sobre as reais intenções dos bancos franceses. De qualquer forma, segundo informações que têm vazado de reuniões dos principais bancos franceses envolvidos com a dívida brasileira, a tendência é de que não haverá, pelo menos por enquanto, nenhum tipo de retaliação. Tudo vai depender, em grande parte, do próprio encaminhamento das negociações que vão se desenvolver nos Estados Unidos com as autoridades financeiras internacionais e com o comitê que representa os 700 bancos que participam da nossa dívida.

Na França, estranhou-se, inclusive, a atitude do governo brasileiro que deslocou para águas internacionais sua frota de navios, por temer a possibilidade de seqüestro desses bens por parte de credores oficiais e privados. Essa iniciativa foi classificada como "excesso de zelo" das autoridades de Brasília. Lembra-se que quando da crise de 1983, as linhas de crédito de curto prazo não foram renovadas imediatamente, tendo o banco Paribas servido de coordenador para a França, Espanha e Itália, na montagem de um projeto que visava a garantir a manutenção das linhas de curto prazo, permitindo que os bancos brasileiros prosseguissem operando no mercado europeu.

Moderação prevalece

"A dívida aumenta e as receitas diminuem. É preciso buscar novas fórmulas."

Esses comentários foram feitos ontem em Paris por um importante banqueiro envolvido com a dívida brasileira, ao analisar as estimativas do Banco Mundial, segundo as quais a dívida dos países em desenvolvimento continua a crescer, já ultrapassando a um trilhão de dólares. Diante disso, pergunta-se como os países devedores poderão honrar seus compromissos externos se a cada dia as receitas de exportação têm diminuído, queda muitas vezes provocada pelas políticas protecionistas dos países ricos.

Esse mesmo banqueiro francês considera que a decisão do governo brasileiro suspendendo o pagamento dos juros de sua dívida externa constitui mais um problema de tática de negociação, sendo preciso discernir entre o discurso e a prática. Por essa razão considera que, apesar da linguagem alarmista dos dois lados, credores e devedores, não há nenhuma ameaça maior para o sistema monetário internacional. A preocupação é que o caminho escolhido pelo Brasil sirva de exemplo para os demais países endividados. A multiplicação de moratórias poderia gerar um clima de real preocupação. Além do mais, lembra que nos últimos cinco anos, os bancos credores estão muito mais aparelhados do que no passado para enfrentar situações desse tipo.

A seu ver, a série de reescalonamentos negociados junto aos países endividados a partir de 1982 apenas contribuiu para agravar a situação. E por isso que se reivindica fórmulas novas, e ele cita como exemplo o caso das Filipinas, que lançou um programa de participação na indústria local em contrapartida a créditos duvidosos. Mas, para isso, é necessário que sejam empresas industriais viáveis. Essa é apenas uma idéia, nas outras existem desde que credores e devedores assimilem a noção de responsabilidade, dividindo encargos e sacrificios. Enquanto novas fórmulas não forem encontradas não há outra alternativa a não ser as intermináveis e desgastantes negociações.

O preço das imprudências

Nem todos, porém, têm essa visão pouco crítica do que está ocorrendo com o Brasil. Ontem, o matutino *Le Figaro* publicou artigo bem mais duro em relação à iniciativa brasileira, sob o título: "O preço das impru-

dências". Segundo o articulista, com a suspensão dos pagamentos e morte do Plano Cruzado, o presidente Sarney paga seu populismo, acertando um novo e rude golpe no sistema bancário internacional, desafiando-o consideravelmente.

A seu ver, o Brasil do presidente Sarney paga também por um duplo erro, econômico e político, perdendo grande parte da confiança e credibilidade que havia conquistado junto aos meios financeiros internacionais. O erro econômico foi tentar conciliar um nível alto de crescimento e um processo antinflacionário. O político foi preferir o populismo eleitoral a uma administração mais sã às vésperas das eleições de novembro. Agora, os brasileiros procuram reduzir os estragos, pois a moratória tem um caráter defensivo, buscando evitar o *Default* que comprometeria os acordos de pagamentos e autorizaria represálias. De qualquer forma, segundo o mesmo comentarista, as negociações serão difíceis e vão desenvolver-se em uma má conjuntura.

O jornal econômico *Les Echos*, por sua vez, está convencido de que se as negociações dos ministros dos seis países mais ricos do mundo não tivessem sido encerradas com a conclusão de um acordo sobre a estabilização das paridades das moedas, a decisão do Brasil de declarar uma moratória, suspendendo o pagamento dos juros de sua dívida, teria precipitado ainda mais a queda do dólar a partir da última segunda-feira. Ele tem se mantido mais ou menos estável, nas últimas 48 horas, mas os cambistas não escondem ainda um certo ceticismo, esperando a primeira intervenção concertada dos bancos centrais dos países industrializados para saber até onde vale o já chamado "Acordo de Louvre".

No plano político, a crise da Casa Branca, que deverá resultar no afastamento de Donald Reagan do cargo de secretário-geral da Presidência, e no econômico, a publicação dos resultados definitivos da balança comercial norte-americana, são tidos como fatores determinantes para esse primeiro e verdadeiro teste em relação à tentativa de estabilização do dólar no seu nível atual. Por enquanto, ainda prevalece uma certa desconfiança.

Real JÚnior, de Paris.

Como reviver o milagre brasileiro

Está é a íntegra do editorial do *New York Times*, edição de ontem.

Parecia bom demais para ser verdade — e era. O Plano Cruzado, o tratamento brasileiro de choque para a inflação galopante, fracassou, e com ele a possibilidade de uma solução indolor para o impasse desta frágil democracia com os seus credores estrangeiros.

Com as divisas de reservas caindo rapidamente, o Brasil suspendeu os pagamentos de juros referentes à maioria das dívidas externas privadas. A esperança agora é que o presidente José Sarney consiga recuperar o equilíbrio político e convencer a classe média brasileira da necessidade de um período de austeridade para restaurar um crescimento estável. Os banqueiros e os governos estrangeiros podem facilitar esta tarefa ajudando a minimizar o seu *loss of face*.

Como outras economias em desenvolvimento, o Brasil contraiu grandes empréstimos durante os anos setenta. Ao contrário de outros países, o Brasil investiu o dinheiro em projetos altamente produtivos como barragens hidroelétricas e fábricas de aviões. Após duas décadas de um impressionante aumento da renda *per capita* de 5%, o País convida a comparações com as economias miraculosas do Extremo Oriente.

A realização deste potencial não será fácil. O incipiente governo democrático brasileiro de alguma forma terá de reconciliar as demandas de uma maioria desesperadamente pobre, de uma bem-sucedida po-

pulação urbana e de banqueiros estrangeiros. Ao assumir a presidência em 1985, Sarney fez a opção de colocar o eleitorado doméstico em primeiro lugar, rejeitando a tradicional receita dos banqueiros para casos de inflação crônica: o aperto dos cintos.

Depois, há um ano atrás, ele ousou uma jogada extrema para conseguir ter as duas coisas. O seu Plano Cruzado simplesmente cortou três zeros simbólicos da moeda nacional, congelou os preços e eliminou muitos dos elementos do sistema de indexação que tinha servido para preparar o caminho para uma inflação de 400%. A economia brasileira era suficientemente segura, argumentaram os seus assessores educados nos Estados Unidos. A única coisa necessária seria um choque para modificar as expectativas. Talvez eles estivessem com a razão. Mas para consolidar a sua frágil posição política, Sarney estragou a experiência dando aos salários um aumento adicional. Depois da euforia inicial, a realidade começou a se instalar. Os gastos dos consumidores cresceram mais rapidamente que a produção, desviando uma parte crítica das exportações brasileiras novamente para o mercado doméstico. E isto resultou em uma receita insuficiente para pagar os juros referentes à sua dívida externa de 111 bilhões de dólares.

A reação de Sarney não foi muito tranquilizadora. Ele não deu atenção aos economistas que o aconselharam a conter o poder

Brasil e Argentina: conversas, mas nada de posição conjunta.

Após almoçar ontem com o secretário da Fazenda argentino, Mário Brodersohn, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, afirmou não existir nenhuma previsão de que o Brasil e a Argentina venham a adotar posição conjunta quanto à negociação da dívida externa, um problema comum aos dois países.

O encontro entre o ministro brasileiro e o secretário argentino durou cerca de três horas. Ao final, apesar da insistência dos repórteres, Brodersohn nada quis declarar, alegando que o que tinha a informar sairia em um comunicado conjunto. Mas a Coordenadoria de Comunicação Social da Fazenda apenas divulgou uma curta nota à imprensa afirmando que Funaro e Brodersohn se haviam encontrado "para continuar o intercâmbio de informações sobre os processos de desenvolvimento econômico do Brasil e Argentina".

Antes de conversar com Brodersohn, Funaro recebeu em audiência o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e o governador eleito do Pernambuco, Miguel Arraes. Ulysses assegurou que o Brasil não tem pretensões de liberar um bloco de países devedores, enquanto Arraes considerou "moderada" a moratória brasileira. "O que defendemos há muitos anos é que fosse feita uma verificação da dívida externa, mas de qualquer forma o governo deu um passo importante para a solução desse grave problema".

Ulysses Guimarães disse ter recebido de Funaro a informação de que os maiores bancos credores do Brasil receberam a moratória não como uma "confrontação", mas que, ao contrário, "estão compreendendo perfeitamente a posição brasileira".

O novo Plano

Austral pode sair a qualquer momento

Um segundo Plano Austral com aumento geral de salários, nova desvalorização da moeda e majoração de tarifas e preços pode ser anunciado a qualquer momento pelo governo argentino. Logo após os ajustes, o governo adotará novo congelamento por seis meses repetindo o que fez em 14 de junho de 1985 — data em que o Austral entrou em vigor, oito meses antes da implantação do Plano Cruzado. As novas medidas se destinam a conter a inflação, que em janeiro passado chegou a 7,6% e que só na primeira quinzena de fevereiro totalizou 6,5% superando as previsões oficiais.

O vice-presidente Víctor Martínez admitiu ontem que "se introduzirão reajustes no mecanismo do Plano Austral" sem entrar em detalhes, mas fontes do governo adiantaram que o anúncio oficial será feito hoje pelo ministro da Economia, Juan Vital Sourrouille.

Não haverá uma maxidesvalorização do austral como reação à escala dos preços, adiantou uma fonte do Banco Central admitindo contudo que a próxima desvalorização, ainda esta semana, será superior à habitual, situada em torno de 1,5%.

Já no dia de ontem o austral teve desvalorização de 2% em face do dólar, para conter a disparidade das cotações no câmbio oficial e no paralelo: os operadores no *black em Buenos Aires* pagaram até 2 austrais por dólar a certa altura do expediente, embora o câmbio oficial seu valor seja de 1,45 austral.

Na Argentina, a cotação do austral se altera geralmente duas vezes por semana. O governo eleva sua cotação tomando por base a expectativa de alta do custo de vida no mês. Nos últimos 27 dias a moeda argentina já se desvalorizou mais de 7%, daí se esperar que a inflação supere essa marca.

Em certa medida, a Argentina enfrenta hoje problemas semelhantes aos que o Brasil teve com o Cruzado II: inflação acelerada, especulação com divisas, juros altos e queda da produção industrial. Mas até dezembro do ano passado o Plano Austral trouxe estes benefícios: aumento real dos salários, em torno de 6%; redução de 3% nos índices de desemprego; redução marcante da capacidade ociosa das indústrias; crescimento de 5% no PIB; reservas monetárias da ordem de US\$ 4 bilhões; e, principalmente, queda da inflação.